



CÂMARA MUNICIPAL

# **PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO POR LOTES**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS – VÁRIOS  
RAMOS**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

Proc.º 1211/DCP/2023

## ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS .....	4
Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	4
Cláusula 1ª - Objeto .....	4
Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual.....	4
Cláusula 3ª - Disposições que regem o Contrato .....	5
Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....	5
Secção I - Obrigações do adjudicatário .....	5
Cláusula 4ª - Prestação de serviços .....	5
Cláusula 5ª - Obrigações referentes ao tratamento de dados pessoais .....	7
Cláusula 6ª - Prazo da prestação de serviços .....	8
Cláusula 7ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário .....	8
Cláusula 8ª - Responsabilidade .....	9
Cláusula 9ª - Objeto do dever de sigilo .....	9
Cláusula 10ª - Prazo do dever de sigilo .....	9
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais .....	9
Cláusula 11ª - Gestor do Contrato .....	9
Cláusula 12ª - Preço contratual .....	10
Cláusula 13ª - Preço base.....	10
Cláusula 14ª - Condições de pagamento.....	11
Cláusula 15ª - Adiantamentos.....	11
Cláusula 16ª - Alterações ao contrato e revisão ou atualização de preço.....	11
Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução.....	12
Cláusula 17ª - Penalidades contratuais.....	12
Cláusula 18ª - Resolução por parte da Câmara Municipal.....	13
Cláusula 19ª - Resolução por parte do adjudicatário .....	13

Cláusula 20ª - Força maior .....	14
Capítulo IV - Resolução de litígios .....	15
Cláusula 21ª - Foro competente .....	15
Capítulo V - Disposições finais.....	15
Cláusula 22ª - Publicidade .....	15
Cláusula 23ª - Comunicações e notificações .....	15
Cláusula 24ª - Contagem dos prazos .....	15
Cláusula 25ª - Legislação aplicável .....	15
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	15
Cláusula 26ª - Especificações técnicas.....	15

## PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

### Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Cláusula 1ª - Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de Serviços de Seguros-Vários Ramos.
2. O objeto do contrato abrange os seguintes ramos/lotes, de acordo com o estipulado na Parte II – Cláusulas Técnicas previstas no presente caderno de encargos:

##### LOTE I

- Ramo Responsabilidade Civil Autarquia
- Ramo Equipamento Eletrónico
- Ramo Marítimo Cascos
- Ramo Aéreo- Drones

##### LOTE II

- Ramo Acidentes Pessoais Autarcas- Eleitos Locais
- Ramo Acidentes Pessoais Bombeiros

##### LOTE III

- Ramo Obras de Arte e Exposições

#### Cláusula 2ª - Cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo Contraente Privado e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser observado o disposto no artigo 316º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro na sua atual redação.
3. Para efeitos da autorização prevista no número 1:
  - a) Devem ser apresentados pelo cessionário ou subcontratado todos os documentos de habilitação exigidos ao cedente na fase de formação do contrato;
  - b) O Contraente Público deverá apreciar, designadamente, se o cessionário ou subcontratado não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

4. Nos casos de incumprimento, pelo co-contratante, das suas obrigações, este deverá ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do disposto no artigo 318.º -A do CCP.
5. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão do fornecimento.

### **Cláusula 3ª - Disposições que regem o Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e rege-se:
  - a) Pelas cláusulas dele constantes;
  - b) Pelo estabelecido nos documentos que dele fazem parte integrante, nos termos do nº 2;
  - c) Pelo disposto no Código dos contratos Públicos (CCP), aprovado pelo D.L. 18/20018, de 29 de janeiro, na sua atual redação, demais legislação aplicável à contratação pública e legislação aplicável aos bens postos a concurso.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.

## **Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **Secção I - Obrigações do adjudicatário**

#### **Cláusula 4ª - Prestação de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Garantir os seguros adjudicados, nas condições especificadas no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos;
- b) Assegurar a cobertura dos riscos identificados nas Especificações e Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos, nos termos do contrato e das disposições legais aplicáveis ao exercício da atividade seguradora, devendo, designadamente, assegurar a colocação dos seguros contratados e efetuar todas as prestações que sejam devidas em virtude de sinistro(s);
- c) Desenvolver as diligências necessárias à gestão, conferência, atualização e reconversão das apólices, bem como ao acompanhamento e regularização dos sinistros, nos termos da legislação em vigor;
- d) Proceder às averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento dos sinistros, em especial quando tais ações sejam solicitadas pelo Município de Cascais e à liquidação dos danos;
- e) Suportar as despesas decorrentes da regularização de sinistros;
- f) Efetuar o pagamento de quaisquer encargos relativos à execução do contrato, nomeadamente às referentes ao cumprimento das obrigações previstas na alínea anterior e demais despesas, que nos termos do presente caderno de encargos, não sejam da responsabilidade do Município de cascais;
- g) Não proceder a qualquer alteração das taxas das apólices ou outras condições particulares ou especiais no decurso da execução do contrato, exceto se essas alterações resultarem de disposição legal, de norma da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com a prévia notificação ao Município, designadamente, quando haja lugar a atualizações legais e automáticas de capitais seguros;
- h) Comunicar ao Município, com antecedência mínima de 30 dias, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços definida neste caderno de encargos e demais documentos contratuais.
- i) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- j) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- k) Proceder ao envio de avisos de crédito, de débito ou de estorno com vista à regularização de pagamentos efetuados pela Entidade Adjudicante por motivo de erros ou quaisquer alterações que tenham influência sobre as apólices, após notificação da Entidade Adjudicante;

- l) Manter a validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da atividade seguradora;
2. O Município de Cascais reserva o direito de designar entidade habilitada com a categoria de Corretor de Seguros, que intervirá na mediação e gestão dos seguros adjudicados, constituindo, neste caso, obrigação do prestador de serviços:
- a) Aceitar a intervenção do Corretor que venha a ser designado, em todas as matérias relacionadas com a gestão das apólices, sinistros, cobranças de prémios e na monitorização e execução do contrato;
- b) Facultar atempadamente ao gestor do contrato e ao corretor todos os elementos, informações e esclarecimentos necessários ao bom desempenho da sua atividade e à gestão eficiente dos contratos de seguro adjudicados, incluindo sinistros;
- c) Assegurar a remuneração do corretor, conforme previsto na Lei 7/2019, de 16 de janeiro, sem que este facto implique qualquer alteração ao valor da proposta adjudicada.
3. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.
5. O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419ºA do CCP, com as devidas adaptações, nos termos do exigido no nº 13 do artigo 42º do mesmo código.
6. A Câmara Municipal de Cascais (CMC) reserva-se o direito de rejeitar quaisquer serviços fornecidos pelo adjudicatário que não apresentem a qualidade e características técnicas exigidas.

## **Cláusula 5ª – Obrigações referentes ao tratamento de dados pessoais**

O adjudicatário assegura que cumpre com a legislação de Proteção de Dados Pessoais, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD – Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016) e, em particular:

- a) Assegura que os seus colaboradores autorizados a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, nos termos do RGPD;
- b) Assegura que, no âmbito dos serviços a prestar, objeto do presente contrato, adota e cumpre integralmente as exigências e medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD;

- c) Assegura a capacidade de prestar a necessária assistência à Entidade Adjudicante no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados, sem prejuízo da necessidade da sua conservação, durante o prazo, legalmente fixado ou por esses serem necessários em processo judicial ou em execução de norma especial;
- d) Garante mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;
- e) Garante capacidade para nos termos da alínea g) do artigo 28.º do RGPD, apagar ou devolver todos os dados pessoais à Entidade Adjudicante, consoante a sua escolha, depois de concluída a prestação de serviços objeto do contrato e decorrido o prazo para a sua conservação.

## **Cláusula 6ª - Prazo da prestação de serviços**

- 1. O contrato que se pretende celebrar com o presente procedimento inicia a sua vigência na data de envio da requisição da Câmara Municipal de Cascais.
- 2. O contrato inicia a sua vigência, previsivelmente, no dia 01 de março 2024.
- 3. O contrato e as apólices emitidas ao seu abrigo, nas condições constantes no presente Caderno de Encargos vigorarão pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, não renovável, podendo, qualquer das partes denunciar o contrato no final de cada período de 12 (doze) meses, mediante notificação à outra, com a antecedência mínima de 60 dias, em relação à data em que se inicie, respetivamente, o 2º ou 3º período de 12 meses.
- 4. A cessação do contrato não prejudica a eventual manutenção em vigor de apólices cujo termo se projete para além daquela data, nomeadamente as apólices relativas a beneficiários de medidas de proteção ao emprego, originariamente, emitidas por período único.
- 5. Independentemente da data de cessação do contrato, este considerar-se-á em vigor até à conclusão da prestação da globalidade dos serviços até então solicitados, em conformidade com os respetivos termos e condições previstos na Parte II – Especificações Técnicas, o que não prejudica o cumprimento pelo adjudicatário das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, designadamente, o encerramento de processos que se encontrem pendentes.

## **Cláusula 7ª - Situações imprevistas não imputáveis ao adjudicatário**

- 6. Qualquer situação imprevista, e não imputável ao adjudicatário, que obste ao regular andamento da prestação do serviço, deve ser de imediato comunicada ao serviço competente (UGPM) através do gestor do contrato conforme cláusula 11ª deste caderno.
- 7. Ao gestor do contrato caberá dar resposta e decidir o procedimento a adotar para retomar a execução normal da prestação do serviço.



## **Cláusula 8ª - Responsabilidade**

1. O adjudicatário assume integral responsabilidade pela prestação de serviços contratada, sendo o único responsável perante a CMC, pela boa execução e cumprimento da mesma.
2. O adjudicatário responde por quaisquer erros, deficiências ou omissões na prestação do serviço, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela CMC.
3. Em qualquer altura e logo que solicitado pela CMC, o adjudicatário obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de aquela mandar executá-los a terceiros, por conta do adjudicatário, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.
4. As ações de supervisão e controlo da CMC em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do adjudicatário no que se refere à prestação do serviço.

## **Cláusula 9ª - Objeto do dever de sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à CMC, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes

## **Cláusula 10ª - Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Cascais**

### **Cláusula 11ª - Gestor do Contrato**

Será designado o gestor do contrato para acompanhar a execução do mesmo.

## **Cláusula 12ª - Preço contratual**

1. Pela prestação de serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a CMC deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CMC.
3. São, nomeadamente, suportados pelo adjudicatário os seguintes encargos:
  - a) Todas as despesas relativas ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega;
  - b) Todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
  - c) Todas as deslocações, estadias e despesas de alimentação;
  - d) Encargos com telecomunicações e correios;
  - e) Tradução de documentos;
  - f) Reprodução de documentos;
  - g) Equipamento e consumíveis de escritório.
4. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do adjudicatário.

## **Cláusula 13ª - Preço base**

1. O preço base total da prestação dos serviços é de € 498.600,00 (quatrocentos e noventa e oito mil e seiscentos euros), e parcial por lotes:
  - Lote I – € 292.800,00 (duzentos e noventa e dois mil e oitocentos euros), que resulta de um valor anual de € 97.600,00 (noventa e sete mil e seiscentos euros)
  - Lote II – € 193.800,00 (cento e noventa e três mil e oitocentos euros), que resulta de um valor anual de € 64.600,00 (sessenta e quatro mil e seiscentos euros)
  - Lote III - € 12.000,00 (doze mil euros), que resulta de um valor anual de € 4.000,00 (quatro mil euros)
2. Os valores indicados são isentos de Imposto sobre Valor Acrescentado e de Imposto de selo.
3. O preço base atrás mencionado foi definido tendo em conta a prospeção de mercado efetuada pelo corretor de seguros que dá apoio à entidade adjudicante.
4. Nos termos do artigo 35º-A do Código dos Contratos Públicos, os interessados podem requerer o acesso à informação administrativa, que se encontra patente no Departamento de Contratação Pública, sito na Rua Manuel Joaquim Avelar, n.º 118, 1º Andar, 2750-281 Cascais, durante as horas de expediente, (das 9.00h às 13.00h e das 14.00h às 17.00h) desde a data do respetivo anúncio até ao termo do prazo para a apresentação das propostas.

## **Cláusula 14ª - Condições de pagamento**

1. As quantias devidas, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pela CMC das respetivas faturas, que serão emitidas de acordo com o previsto no Regime Jurídico do Contrato de Seguro e com a periodicidade fixada no caderno de encargos.
2. Em caso de discordância por parte da CMC, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. As faturas são enviadas pelo adjudicatário para a CMC, nos termos do artigo 299º-B do CCP, com a indicação expressa do respetivo número de compromisso e do número de requisição externa, nos termos da lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro e do decreto –lei nº 127/2012, de 21 de junho.
4. As faturas deverão ser submetidas de forma desmaterializada sob tecnologia Electronic Data Interchange (E.D.I.) no portal de faturação eletrónica Saphetydoc da Saphety ou no portal de faturação ilink da acinGov.

## **Cláusula 15ª - Adiantamentos**

No âmbito do presente procedimento, o pagamento será efetuado de acordo com o regime Jurídico do Contrato de Seguro, observado o disposto na Cláusula anterior, o que face à especificidade do objeto, não é considerado adiantamento.

## **Cláusula 16ª - Alterações ao contrato e revisão ou atualização de preço**

1. Reveste a natureza de revisão ou atualização de preço as alterações devidas por alteração legal ou regulamentar de capitais seguros, designadamente, alterações de capitais seguros por atualização legalmente determinadas, como os que se encontrem indexados ao índice de preços ao consumidor (IPC) ou à remuneração mínima mensal garantida (RMMG) ou ao indexante dos apoios sociais (IAS).
2. A taxa de referência para atualização de prémio prevista no número anterior é, consoante o caso, a taxa de referência aplicada na atualização dos capitais de coberturas garantidos, e no caso de massas salariais, a taxa comercial e respetivos encargos, identificados na proposta.
3. O adjudicatário deve prestar de forma clara, por escrito, todos os esclarecimentos exigíveis das condições de cada contrato, demonstrando, designadamente, todos os cálculos em que se fundamenta a revisão ou atualização, para os efeitos previstos nos nºs 1 e 2, carecendo sempre de prévia aprovação do Município.
4. O âmbito e natureza das alterações previstas nos números anteriores, encontram-se delimitadas na especificação técnica relativa a cada uma das apólices de seguro.

5. Sempre que das alterações referidas no nº anterior resulte adicional de prémio, essas estão limitadas a um valor global cumulado inferior a 215.000,00 € e cumulativamente a 10% do preço contratual inicial, nos termos conjugados da alínea a), do nº 3 e o nº 5 do artigo 313º, do CCP, sem prejuízo da aplicabilidade do regime previsto nos artigos 370º a 381º, por remissão do artigo 454º do CCP.
6. São objeto de publicitação no portal dos contratos públicos, nos termos previstos do artigo 315º do CCP, as alterações ou modificações ao contrato.
7. A publicitação referida no nº anterior constitui condição de eficácia, nomeadamente para efeitos de pagamento.

## **Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução**

### **Cláusula 17ª - Penalidades contratuais**

1. Pelo não cumprimento pontual de obrigações emergentes do contrato, a CMC pode exigir ao prestador dos serviços o pagamento de uma sanção pecuniária pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos serviços solicitados, e por causa imputável ao prestador dos serviços, de montante a fixar, em função da gravidade do incumprimento, até 20% do preço contratual correspondente à fase em questão.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador dos serviços, a CMC pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador dos serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão, tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CMC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador dos serviços e as consequências do incumprimento.
5. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.
6. A cobrança das eventuais sanções em que o prestador dos serviços incorra, será efetuada, a critério da CMC, designadamente por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade.
7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a CMC exija uma indemnização pelo dano excedente.

## **Cláusula 18ª - Resolução por parte da Câmara Municipal**

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, a CMC pode resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo por fato imputável ao prestador do serviço das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º do CCP.
2. No caso previsto no número anterior, a CMC pode exigir ao prestador do serviço, uma pena pecuniária até 10% do preço contratual, sem prejuízo de responsabilidade civil nos termos gerais do direito.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da cláusula anterior, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva execução tenha determinado a resolução do contrato, não podendo, no entanto, o valor da sanção pecuniária a pagar pelo prestador do serviço, prevista no número anterior, ser de montante inferior a 5 % do preço contratual.
4. Considera-se incumprimento definitivo do contrato, imputável ao prestador do serviço, o atraso ou incumprimento grave e reiterado da boa execução dos serviços e/ou dos prazos do fornecimento objeto do contrato a celebrar.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CMC tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.
7. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela CMC não preclude o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do prestador do serviço nos termos gerais do direito.
8. A CMC, independentemente da conduta do prestador do serviço, reserva-se, ainda, o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.
9. A rescisão será feita mediante aviso prévio, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias.

## **Cláusula 19ª - Resolução por parte do adjudicatário**

1. O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos dos artigos 332.º e 449.º (ex vi artigo 451.º) do CCP.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

3. No caso previsto no ponto 2 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. Nos demais casos, o direito de resolução do contrato é exercido por via judicial.

## **Cláusula 20ª - Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou às de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou de sociedades dos seus subcontratados;
  - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## Capítulo IV - Resolução de litígios

### Cláusula 21ª - Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

## Capítulo V - Disposições finais

### Cláusula 22ª - Publicidade

O adjudicatário não pode fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o presente contrato, sem a prévia autorização da CMC.

### Cláusula 23ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada por escrito, nos termos definidos no número anterior, à outra parte.

### Cláusula 24ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### Cláusula 25ª - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular o Código dos Contratos Públicos.

## PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

### Cláusula 26ª - Especificações técnicas

## **LOTE I**

### **SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL EXPLORAÇÃO - AUTARQUIA**

#### **TOMADOR DE SEGURO**

- **MUNICIPIO DE CASCAIS**

## OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

- Pretende-se um seguro de Responsabilidade Civil Geral – cobrindo as consequências pecuniárias resultantes de danos corporais e materiais da responsabilidade do tomador do seguro, em todo o território de Portugal Continental, em aplicação dos artigos 491.º, 492.º, 493.º, 500.º e 501.º do Código Civil, e Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, alterado pela Lei 31/2008 de 17 de julho, com exclusão das responsabilidades sujeitas a seguro obrigatório.

## CAPITAL SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL EXPLORAÇÃO-AUTARQUIA

- 1.500.000,00 € (um milhão e quinhentos mil euros) por sinistro.

## COBERTURAS GARANTIDAS

### 1) Devem ficar cobertas as seguintes garantias, designadamente:

- Responsabilidade Civil Geral cobrindo as consequências pecuniárias resultantes de danos corporais e materiais da responsabilidade do segurado, em aplicação dos art.º 491.º, 492.º, 493.º, 500.º e 501.º do Código Civil e Lei nº67 de 31 de dezembro de 2007 alterado pela Lei 31/2008 de 17 de julho, com exclusão das responsabilidades sujeitas a seguro obrigatório. Esta cobertura é extensiva a:
  - Agentes colocados sob a autoridade da autarquia no exercício das funções para que foram requisitados;
  - Civis requisitados para prevenir ou fazer cessar qualquer acidente, incêndio, flagelo ou calamidade;
  - Todo e qualquer voluntário a prestar auxílio à autarquia.

### 2) As condições gerais e especiais da apólice deverão cobrir a responsabilidade proveniente de:

#### Âmbito de Cobertura

- Por estas condições especiais fica garantida pelo segurador a responsabilidade civil extracontratual do segurado, decorrente de atos de gestão pública que, nos termos da legislação em vigor, nomeadamente, a aplicação da Lei n.º 31/2008 de 17 de julho, e dos artigos 491.º, 492.º, 493.º, 500.º e 501.º do Código Civil, sejam imputáveis no exercício da sua atividade, com a exclusão das responsabilidades sujeitas a seguro obrigatório. Ficam garantidos, até aos capitais a contratar, o pagamento das indemnizações que, ao abrigo da legislação em vigor, sejam exigíveis ao Município de Cascais, em consequência de danos diretamente decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros, e resultante



da atividade do segurado, entendendo-se pela atividade as suas atribuições e competências legalmente definidas.

- Esta cobertura é extensiva a:
  - ⇒ Agentes colocados sob a autoridade da autarquia no exercício das funções para que foram requisitados;
  - ⇒ Civis requisitados para prevenir ou fazer cessar qualquer acidente, incêndio, flagelo ou calamidade;
  - ⇒ Todo e qualquer voluntário a prestar auxílio à autarquia.

## **ATIVIDADES DO TOMADOR DO SEGURO**

- São consideradas atividades do tomador do seguro, todas as atribuições e competências dos municípios e órgãos municipais de acordo com a legislação em vigor, excluindo-se apenas as atividades que sejam exercidas por empresas municipais ou multimunicipais criadas, geridas ou participadas pelo Tomador de Seguro, podendo envolver atividades diversas, nomeadamente:
  - ⇒ Biblioteca municipal, feiras, exposições, mercados, conferências, manifestações culturais, designadamente: Feiras, feira do livro, festas, diversas romarias, desportivas ou análogas, cantinas, piscinas, colónia de férias, escolas, parques infantis, jardins-de-infância, parques, pavilhões desportivos, piscinas e outros equipamentos desportivos de recreio ou culturais, museus, conservação de auditórios, galerias e arquivo histórico, parques e jardins, cemitérios, resíduos, sistema de sinalização e trânsito, atividades de promoção turística, gestão de refeitórios escolares e rede de transportes escolares.

## **▪ CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS**

O título enunciativo, mas não limitativo, o presente contrato de seguro garante o pagamento das indemnizações a terceiros, resultantes das responsabilidades derivadas:

- a) Dos atos administrativos definitivos e executórios da Câmara Municipal, do Presidente da Câmara, dos Vereadores ou de quaisquer outros titulares de órgãos da autarquia, no exercício das suas competências próprias e delegadas e por causa desse exercício;
- b) Dos atos dos agentes que trabalham por conta e sob a direção do segurado, no exercício das suas funções e por causa desse exercício;
- c) Dos atos dos agentes requisitados civilmente pelo segurado, ao abrigo da legislação em vigor, no intuito de prevenir ou pôr cobro a acidentes e calamidades;
- d) De prestações de serviços públicos, tais como a exploração das Bibliotecas Municipais, feiras, mercados, cantinas, colónias de férias, parques infantis, jardins-de-infância, lares da 3ª idade e limpeza urbana e conservação de parques e jardins;

- e) Dos atos praticados pela Câmara Municipal na qualidade de proprietário ou possuidor de imóveis que se localizem fora dos limites territoriais da autarquia, desde que os danos não resultem de manifesta negligência grave de gestão autárquica;
- f) Da execução de trabalhos de conservação, manutenção ou reparação dos edifícios referidos na alínea anterior, desde que realizados por administração direta;
- g) Da laboração de gruas, empilhadores, e outro equipamento auxiliar desde que propriedade da autarquia, com exclusão dos danos resultantes da sua circulação na via pública;
- h) Da queda total ou parcial de anúncios luminosos ou outros, painéis publicitários, antenas, postes de iluminação pública e de sinalização que sejam propriedade da autarquia ou por ela sejam explorados;
- i) Do lançamento de fogo-de-artifício e foguetes;
- j) Da utilização de ascensores, monta-cargas, plataformas e escadas rolantes existentes em instalações do Município;
- k) Da utilização de animais, pertença da autarquia, desde que devidamente acompanhados do respetivo guardador e não enquadrável em seguro de Responsabilidade Civil Obrigatório;
- l) Da organização de festas, conferências e reuniões;
- m) Da exploração de Recintos desportivos cobertos ou ao ar livre, com bancadas amovíveis;
- n) Espaços de jogo e recreio, incluindo o equipamento, entendendo-se como tal, materiais e estruturas, incluindo componentes e elementos construtivos, com os quais as crianças possam brincar ao ar livre ou em espaços fechados, individualmente ou em grupo;
- o) De deficiente instalação, manutenção, assistência ou vigilância nos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento, superfícies de impacto e mobiliário urbano, conforme art.º 31º do Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro, com a redação que lhe foi dada por posteriores alterações. Esta garantia tem um sublimite de 366.390,36 €, por sinistro e período do seguro, sendo automaticamente atualizado em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços no consumidor verificado no ano anterior, e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P.;
- p) De deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos, conforme art.º 11º do Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14 de abril e posteriores alterações. Esta garantia tem um sublimite de 200.000,00€, por sinistro e período do seguro, de acordo com a Portaria n.º 1049/2004, de 19 de agosto;
- q) Da utilização e montagem de bancadas/palcos móveis com carácter temporário por iniciativa da Autarquia;
- r) Da atividade das corporações de bombeiros dentro dos limites territoriais da autarquia;
- s) Da exploração de lixeiras camarárias e aterros sanitários, sendo aplicável a estas garantias; um sublimite de indemnização de 300.000,00€ por sinistro e anuidade;
- t) De trabalhos de abertura, reparação e manutenção de arruamentos, estradas e caminhos municipais, quando tais trabalhos sejam executados por administração direta;
- u) De danos materiais e corporais a visitantes, convidados e a terceiros em geral, ocorridos durante quaisquer visitas ou manifestações sociais, culturais e desportivas;

- v) De danos corporais e materiais causados a terceiros durante os eventos/ campos de férias / atividades temporárias promovidas e/ou organizadas pela autarquia;
- w) De roubos, furtos e acidentes pessoais sofridos por terceiros dentro das instalações da Câmara Municipal, desde que tais danos resultem de atos ou omissões da Câmara Municipal;
- x) De obras do Município de Cascais;
- y) De falta de sinalização de trabalhos, desde que decorrentes de atos ou omissões da Câmara Municipal;
- z) De óleos derramados por veículos do Município de Cascais, desde que não enquadrável no seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel;
- aa) Do corte de árvores, telhas levantadas pelo vento, ou situações similares por trabalhos executados pela Câmara Municipal e desde sejam propriedade do Município e desde que em consequência de ações ou omissões da Câmara Municipal;
- bb) Da queda de materiais das viaturas do Município de Cascais, desde que não enquadrável no seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel;
- cc) De inundações, desde que decorrentes de atos ou omissões da Câmara Municipal;
- dd) Do lançamento de fogo-de-artifício e foguetes durante as festas;
- ee) De danos provocados a terceiros por viaturas, manobras ou descargas de rede de distribuição pública de água e desde sejam propriedade do município e desde que em consequência de ações ou omissões da Câmara Municipal;
- ff) De danos provocados a terceiros por entupimento da rede pública de água ou de esgotos, incluindo dos ramais de ligação, provocados por entupimentos, sobrecargas e ruturas de coletores da rede pública de água ou de esgotos;
- gg) De buracos existentes na via pública, desde que tais danos sejam decorrentes de atos ou omissões da Câmara Municipal;
- hh) Da queda ou quebra de árvores municipais, quando devidamente tratadas, seja impossível verificar a sua degradação interior;
- ii) Da laboração de máquinas e equipamentos, desde sejam propriedade do município ou por este utilizados e desde que em consequência de ações ou omissões da Câmara Municipal;
- jj) De danos causados por caixas de saneamento cujas tampas estejam deslocadas, partidas, eficientemente colocadas ou pela própria inexistência e desde sejam propriedade do município e desde que em consequência de ações ou omissões da Câmara Municipal;
- kk) De danos causados por equipamentos confiados, alugados ou cedidos gratuitamente por terceiros ao segurado, para utilizações em eventos organizados pela Câmara Municipal, desde que tais danos sejam decorrentes de atos ou omissões da Câmara Municipal;
- ll) De danos causados por operações de carga e descarga e transporte de materiais e equipamentos afetos à atividade camarária;
- mm) Devidos a intoxicação alimentar provocada por alimentos sólidos ou líquidos fornecidos e/ou reparados pelo segurado afetos à exploração e sob responsabilidade direta do segurado e consumidos dentro das suas instalações, desde que a manifestação dos danos não ultrapasse o período de 72 horas após o consumo dos referidos alimentos;

- nn) Trabalhos de montagem e desmontagem de equipamentos e estruturas necessárias à realização de qualquer evento organizado ou promovido pela Câmara.
- oo) Danos causados a cabos, canalizações ou instalações aéreas e/ou subterrâneas, desde que o Município se tenha certificado por escrito e obtido junto das autoridades competentes as respetivas localizações exatas;
- pp) Em qualquer dos casos as indemnizações limitar-se-ão ao custo da reparação ou substituição dos cabos, condutas ou outras instalações danificadas, excluindo sempre outros danos que através delas sejam diretas ou indiretamente causados.
- qq) De trabalhos de limpeza e desmatção de terrenos sob a administração e controlo da Câmara.
- rr) Da propriedade ou guarda de animais;
- ss) De incêndio e/ou explosão;
- tt) Por perdas indiretas, lucros cessantes, paralisações e danos emergentes, desde que tais danos resultem de responsabilidades cobertas por este contrato de seguro. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 75.000,00 euros por sinistro e anuidade;
- uu) De danos causados a serviços enterrados e aéreos;
- vv) Da propriedade, manutenção e conservação de parques, zonas verdes, espaços ajardinados e zonas arborizadas;
- ww) Do exercício das atividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia, no âmbito das competências delegadas pela Câmara Municipal;
- xx) Da qualidade de Entidade Empregadora, ficando garantidas as indemnizações pecuniárias, devidas, a título de responsabilidade civil extracontratual, pelo Segurado aos seus trabalhadores ou respetivos herdeiros, exclusivamente por danos não patrimoniais decorrentes de lesões corporais sofridas em consequência de acidente que, nos termos da lei, seja qualificado como de trabalho. Excluindo-se os danos indemnizáveis ao abrigo do seguro de acidentes de trabalho, mesmo em caso de insuficiência da respetiva apólice. Esta garantia tem um sublimite máximo de indemnização de 75.000,00 euros, por sinistro e anuidade;
- yy) Em bens ou objetos de terceiros que estejam confiados, alugados ou arrendados ao segurado para guarda, utilização, trabalho ou outro fim;
- zz) Da responsabilidade civil legal subsidiária e/ou solidária decorrente de danos causados por empresas contratadas e subcontratadas para a execução de obras e serviços, ficando salvaguardado o direito de regresso do segurador contra as entidades diretamente responsáveis pelos danos;
- aaa) Dos danos decorrentes da atividade do Centro de Recolha Oficial (canil/gatil municipal) bem como, em eventos realizados pelo município, desde que os mesmos se encontrem devidamente acompanhados por pessoas por eles responsáveis e/ou que se encontrem em processo de adoção, desde que não sejam cães sujeitos a obrigatoriedade de seguro de animais perigosos;
- bbb) De deficientes condições de instalação e manutenção de circuitos de exercícios de manutenção, incluído o disposto no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro e Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril e Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto.

- ccc) De deficiências na instalação e manutenção de funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimento público, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 junho e Decreto-Lei n.º 268/209, de 29 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 agosto.
- ddd) Responsabilidade Civil na qualidade de proprietário, locatário ou arrendatário de imóvel ocupado pelo Município de Cascais.

## **POLUIÇÃO ACIDENTAL**

- Os danos que sejam decorrentes de alteração do meio ambiente e/ou deterioração de instalações ou bens de terceiros, em particular causados diretamente por poluição ou contaminação provocadas enquanto no exercício da atividade do segurado nas instalações objeto do seguro, ficam garantidas única e exclusivamente, quando a causa seja acidental, súbita e imprevisível. Consideram-se exclusivamente abrangidos pela cobertura constante de Condição Particular, nos termos do parágrafo anterior, os danos originados por alterações ao meio ambiente decorrentes de poluição ou contaminação do solo, das águas, de superfície e/ou subterrâneas ou da atmosfera, causadas, direta ou indiretamente, por emissão, emanção, propagação, rejeição, infiltração ou escape de substâncias sólidas, líquidas, gasosas ou térmicas, nocivas ou irritantes, bem como as resultantes de vibrações.
- Para efeitos desta garantia considera-se exclusivamente garantida a poluição ou contaminação em que se possa demonstrar o momento em que ocorreu a emissão poluente ou contaminante e desde que desse momento até à descoberta da poluição ou contaminação não decorra um período superior a 120 horas.

## **EXCLUSÕES**

- Derrogando tudo o que em contrário estiver estipulado nas Condições Gerais, constituem exclusões únicas do presente contrato de seguro os danos:
- Decorrentes de atos ou omissões dolosas do Tomador do seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis;
- Causados pelo tomador do seguro, pelo Segurado ou pessoas seguras em estado de embriaguez ou sob influência de estupefacientes, drogas ou outros produtos tóxicos, desde que esse estado ou influência estejam devidamente comprovados, por decisão judicial transitada em julgado;
- Decorrentes de acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro;
- Decorrentes de acidentes provocados por aeronaves;
- Decorrentes de acidentes provocados por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;
- Decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor ou radiação provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;

- Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Tomador do seguro, quando ao serviço deste e desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação sobre o Acidentes de trabalho, sem prejuízo do previsto na cobertura de Responsabilidade Civil de Entidade Empregadora do Segurado;
- As reclamações decorrentes de responsabilidade assumidas por acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;
- Uso ou armazenamento de explosivos, sem prejuízo da cobertura concedida para fogo-de-artifício e foguetes;
- Atrasos ou incumprimento na efetivação dos trabalhos ou serviços;
- Ação de campos eletromagnéticos;
- Danos originados por motivos de força maior, nomeadamente, os associados a tremores de terra, furacões, trombas de água, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica;
- Falha ou falta de fornecimento;
- Os danos resultantes de asbestos, fibras de asbestos ou produtos que contenham asbestos ou sílica;
- Os danos decorrentes de acidentes devidos a atos de guerra, guerra civil, invasão, lei marcial, hostilidades, revolução, rebelião, insurreição, poder militar usurpado ou tentativas de usurpação do poder, motins, comoção civil, terrorismo, confiscação, requisição e destruição causada por ordem do governo ou quaisquer autoridades públicas ou locais, vandalismo, sabotagem, assaltos, greves, tumultos e “lock-out”;
- Os danos decorrentes de reclamações resultantes ou baseadas direta ou indiretamente na aplicação de quaisquer taxas, multas ou coimas, impostas por autoridades competentes, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal e por indemnizações fixadas a título de danos punitivos, danos de vingança e exemplares;
- Derivados da interrupção ou suspensão total ou parcial da atividade exercida pelo Segurado;
- Sofridos pelos próprios produtos do Segurado, bem como os gastos para averiguar e reparar tais danos.
- Os danos causados à biodiversidade, entendida esta como habitats e espécies naturais nos termos constantes do anexo I da Diretiva n.º 79/409/CEE ou dos anexos I, II e IV da Diretiva n.º 92/43/CEE ou habitats e espécies não abrangidos por aquelas diretivas mas em relação ao quais tiverem sido designadas áreas de proteção ou conservação nos termos do direito nacional relativo à conservação da natureza, bem como quaisquer despesas efetuadas para prevenir estes danos.

§ único – A exclusão constante da alínea a) não será, no entanto, aplicável quando, por força da lei, os danos a que se refere não forem excecionáveis, nomeadamente tratando-se de seguros obrigatórios.

## CONDIÇÕES ESPECIAIS / FRANQUIA

- Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, uma franquia fixa de 250,00 € em danos materiais não será aplicada franquia em danos corporais.
- A franquia contratual não é oponível aos terceiros lesados. Assim e após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, o segurador emitirá um recibo de reembolso de franquia ao Município, o qual providenciará no seu pagamento no prazo de 30 dias.
- Caso sejam efetuadas participações de danos a terceiros, que se materializem em danos inferiores à franquia, o segurador aceitará, a pedido do Município, a condução do processo. Nestes casos e se existir lugar a pagamento de alguma indemnização a terceiros lesados, repetindo, mesmo que de valor inferior à franquia, o segurador procederá de acordo com o indicado no ponto anterior.

## DATA INICIO

- 01/03/2024

## FORMA DE PAGAMENTO

- Semestral (sem encargos de fracionamento e sem imposto de selo)

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA ANÁLISE DO RISCO:

- O orçamento anual, a população e a área total, da entidade adjudicante para o ano de 2023:

Orçamento	População (censos)	Área Total do Concelho
400 M€	214 158 hab	97.367 km2

- Extensão da Rede Viária: 4.409.265 km de Estradas e Caminhos Municipais
- Elementos de sinistralidade:

Ramo	01-03-2022 a 28-02-2023			01-03-2023 a 31-10-2023		
	Nº Sinist	Indemnizações	%	Nº Sinist	Indemnizações	%
Responsabilidade Civil	22	23 684,36 €	34,28%	42	22 482,28 €	33,31%

Total	22	23 684,36 €	34,28%	42	22 482,28 €	33,31%
-------	----	-------------	--------	----	-------------	--------

**SEGURO RAMO EQUIPAMENTO ELETRÓNICO****MUNICIPIO DE CASCAIS****Âmbito do Seguro**

Seguro de Equipamento Eletrónico.

**OBJETOS SEGUROS**

Indemnização por quaisquer perdas e danos materiais súbitos e imprevistos verificados nos equipamentos, pertença do Município, sendo que deverá ficar salvaguardado a deslocação do equipamento portátil em território nacional e internacional.

**INCLUSÕES E EXCLUSÕES**

As inclusões e exclusões de equipamento eletrónico deverão ser objeto de cálculo de prémio ou de estorno pelo método "pró-rata temporis".

**LOCAL DE RISCO**

Diversa Instalações do Município e diversos locais sem especificação para equipamento portátil.

**CAPITAL SEGURO**

Conforme Mapa Capitais (anexo do Caderno de Encargos):

Designação	Valor Aquisição
PC's (Computador Desktop/Laptop,CPU,IPAD,Tablet)	994 881,81 €
Monitores/Ecrãs	196 342,59 €
Impressoras/Leitores de Cartões	22 702,86 €
Videoconferencia (som e imagem)	34 058,86 €
Drones Equipamento Pyro	127 382,91 €
Videoprojetor Raymarine	9 251,59 €
Painel Informativo Paragens Autocarros	1 000 000,00 €
Outros Equipamentos Electrónico não discriminado inerente à atividdae do Município	115 379,38 €
<b>TOTAL</b>	<b>2 500 000,00 €</b>



## COBERTURAS GARANTIDAS

- Apólice tipo "All Risk"

## COBERTURAS ADICIONAIS

- Dispensa de acordo de manutenção
- Fenómenos Sísmicos
- Valor de Substituição em Novo

## FRANQUIA

Perdas e danos materiais: em caso de sinistro, aplica-se uma franquia de 10% do valor dos prejuízos indemnizáveis, no mínimo de 250,00 € e no máximo de 2.500,00 €

## DATA INICIO

01/03/2024

## FORMA DE PAGAMENTO

Semestral (sem encargos de fracionamento e não sujeito a imposto de selo)

## Sinistralidade

Sem ocorrência de sinistros

## RAMO MARÍTIMO CASCO

### TOMADOR DE SEGURO

- **MUNICIPIO DE CASCAIS**

### ÂMBITO

- Seguro de Marítimo Casco para as embarcações "Estou para Ver", "Escolas", "Duska" e "Calíope II".

### OBJETO DE SEGURO

- Segurar os danos e perdas que possam vir a suceder em consequência dos riscos convencionados ou responsabilidades ligadas às embarcações, dentro dos limites de navegação, em águas costeiras e interiores de Portugal Continental.

## COBERTURAS GARANTIDAS

- **EMBARCAÇÕES: ESTOU PARA VER, ESCOLAS, DUSKA**  
⇒ Responsabilidade Civil: 250.000€

- ⇒ Danos Materiais ou Corporais causados a Terceiros;
- ⇒ Defesa Jurídica do Segurado (só se aplica para Responsabilidade Facultativa); Cauções Judiciais.
- ⇒ Assistência à Embarcação e seus Ocupantes:
  - Assistência em navegação local.
  - Seguro de Ocupantes:
    - Morte ou invalidez permanente (por ocupante): 25.000,00 €
    - Despesas de tratamento e Repatriamento (por ocupante): 4.020,00 €

## ▪ EMBARCAÇÃO: CALÍOPE II

- ⇒ Responsabilidade Civil: 250.000€
- ⇒ Danos Materiais ou Corporais causados a Terceiros;
- ⇒ Defesa Jurídica do Segurado.
- ⇒ Assistência à Embarcação e seus Ocupantes:
  - Assistência em navegação local
  - Seguro de Ocupantes:
    - Morte ou invalidez permanente (por ocupante): 25.000,00 €
    - Despesas de tratamento e Repatriamento (por ocupante): 4.020,00 €

- Danos materiais da embarcação segura:
  - ⇒ Valor do Casco e Motores: 46.737,16 €
  - ⇒ Perda total;
  - ⇒ Avaria;
  - ⇒ Salvação
  - ⇒ FPA - Avarias particulares por encalhe, abalroamento, submersão, incêndio ação mecânica de queda de raio ou explosão;
  - ⇒ Prejuízos causados ou recebidos em caso de colisão com cais, pontões, boiás e ainda com quaisquer objetos fixos ou móveis, nomeadamente com balcão de areia;
  - ⇒ Avarias particulares em planos inclinados ou docas secas;
  - ⇒ Operações de reboque.

## NOME DAS EMBARCAÇÕES A SEGURAR E SUAS CARACTERÍSTICAS

"ESTOU PARA VER"	
<b>Comprimento</b>	<b>18,52</b>
<b>o</b>	
<b>Boca</b>	<b>4,90</b>
<b>Pontal</b>	<b>1,33</b>

<b>Material do casco</b>	<b>Madeira</b>
<b>Data de construção</b>	<b>1.920</b>
<b>Motor</b>	<b>VETUS - 170 HP – 126,48 KW</b>
<b>Matrícula</b>	<b>9031CS5</b>
<b>Área de navegação</b>	<b>Águas abrigadas e costeira restrita</b>
<b>Âmbito Geográfico</b>	<b>Portugal (águas abrigadas e costeira restrita)</b>
<b>Bandeira</b>	<b>PORTUGAL</b>
<b>Lotação</b>	<b>40</b>
<b>Tipo de embarcação</b>	<b>Recreio</b>
<b>“ESCOLAS”</b>	
<b>Comprimento</b>	<b>4,30</b>
<b>Boca</b>	<b>1,96</b>
<b>Pontal</b>	<b>0,50</b>
<b>Tonelagem de arqueação bruta</b>	<b>0,45</b>
<b>Material do casco</b>	<b>P.R.F.V</b>
<b>Data de construção</b>	<b>2002</b>
<b>Motor</b>	<b>YAMAHA – FORA BORDA – 39,449 HP – 29,44 KW</b>
<b>Registo</b>	<b>874CS5</b>
<b>Área de navegação</b>	<b>Águas abrigadas e costeira restrita</b>

<b>Tipo de embarcação</b>	
<b>Âmbito Geográfico</b>	<b>Portugal (águas abrigadas e costeira restrita)</b>
<b>Bandeira</b>	<b>PORTUGAL</b>
<b>Lotação</b>	<b>6</b>

<b>"DUSKA"</b>	
<b>Comprimento</b>	<b>5,50</b>
<b>Boca</b>	<b>2,10</b>
<b>Pontal</b>	<b>0,50</b>
<b>Arqueação bruta</b>	<b>0,82</b>
<b>Material do casco</b>	<b>P.R.F.V.</b>
<b>Data de construção</b>	<b>1991</b>
<b>Motor</b>	<b>Yamaha – F. BORDA – 8 HP – 5,952 KW HONDA – F. BORDA – 60 HP – 44,60 KW</b>
<b>Registo</b>	<b>4779CS4</b>
<b>Área de navegação</b>	<b>Águas abrigadas e costeira restrita</b>
<b>Tipo de embarcação</b>	<b>Recreio</b>

<b>Âmbito Geográfico</b>	<b>Portugal (águas abrigadas e costeira restrita)</b>
<b>Bandeira</b>	<b>PORTUGAL</b>
<b>Lotação</b>	<b>5</b>

<b>"CALÍOPE II"</b>	
<b>Comprimento</b>	<b>6,10</b>
<b>Boca</b>	<b>2,54</b>
<b>Pontal</b>	<b>0</b>
<b>Material do casco</b>	<b>PFRV</b>
<b>Data de construção</b>	<b>2019</b>
<b>Motor</b>	<b>Yamaha – Fora de Borda – 150,00 HP – 111,86 KW</b>
<b>Registo</b>	<b>105620-4PT</b>
<b>Área de navegação</b>	<b>Águas abrigadas e costeira restrita</b>
<b>Tipo de embarcação</b>	<b>Recreio</b>
<b>Âmbito Geográfico</b>	<b>Portugal (águas abrigadas e costeira restrita)</b>
<b>Bandeira</b>	<b>PORTUGAL</b>
<b>Lotação</b>	<b>10</b>

## DATA INICIO

- 01/03/2024

## FORMA DE PAGAMENTO

- Anual

## SINISTRALIDADE

- Sem ocorrência de sinistros

**NOTA:** As propostas dos concorrentes deverão indicar o prémio total por embarcação.

## SEGURO AEREO - DRONES

### TOMADOR DE SEGURO / SEGURADO

- MUNICIPIO DE CASCAIS

### ÂMBITO TERRITORIAL

- PORTUGAL

### OBJETO DO CONTRATO

- Aeronave não tripulada, doravante designada por uav, drone ou equipamento(s):

DRONE	Nº SÉRIE	PMAD*	ANO
DJI Mavic 2 Pro	163CGCPR0A0C79	907gr	2019
DJI Mavic 2 Pro	1633K8L0H1V0A0	907gr	2020
DJI Mavic 3 Pro	1581F45TB22AG00E0ATZ	895 gr	2023
DJI Matrice 600 Pro	M80DH4DR035J87	15,5 Kg	2020
Equipamento de filmagem/imagem acoplados (risco de voo)	Conforme fatura	n.a.	2020

### INTERESSE E ÂMBITO DO SEGURO

- Em conformidade com a legislação em vigor aplicável e nos termos das Condições “Equipamento(s) Pilotado(s) Remotamente”, a apólice garante: Secção II - O pagamento de indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos corporais e/ou materiais causados acidentalmente a terceiros na sequência das operações (voos) com o(s) equipamento(s) indicado(s) nesta Proposta de Seguro. Derroga-se, assim, o que em contrário seja estipulado nas mencionadas nas Condições não esteja em desacordo com a Legislação Portuguesa em vigor. As Condições Particulares sobrepõem-se às Condições Gerais e Especial.

## CONDIÇÕES DE COBERTURA E CAPITAIS

- Casco:

<b>Drone + Equipamento de filmagem / imagem acoplados</b>	<b>Valor máximo em risco de voo (*)</b>
DJI Matrice 600 Pro: 10.500,00 € Câmara XT2: 10.500,00 € Câmara Zenmuse Z30: 1.950,00 €	21.000,00 €

(\*) inclui equipamento de captação de imagem e/ou payload, discriminado e conforme fatura.

### Nota:

- São considerados perdas ou danos no equipamento de captação de imagem e/ou payload, desde que acoplados ao casco e em consequência de acidente durante o voo (riscos de voo). Acessórios do tipo mala de transporte, carregador de baterias, controlo remoto, workstations, etc. não estão incluídos na cobertura de casco.

- Responsabilidade Civil Terceiros:

<b>Drone</b>	<b>Responsabilidade Civil Terceiros</b>
DJI Mavic 3 Pro	100.000,00 €, por sinistro e anuidade
DJI Mavic 2 Pro	EUR 325.000,00 €, por sinistro e anuidade
DJI Mavic 2 Pro	EUR 325.000,00 €, por sinistro e anuidade
DJI Matrice 600 Pro	EUR 700.000,00 €, por sinistro e anuidade
DJI Matrice 600 Pro	EUR 700.000,00 €, por sinistro e anuidade

## FRANQUIA

- **Casco:**  
⇒ 10% do valor dos prejuízos indemnizáveis, no mínimo de EUR 750,00, em todo e qualquer sinistro.
- **Responsabilidade Civil Terceiros:**

- ⇒ Drones DJI Mavic 2 Pro: 250,00 €, por sinistro, aplicável apenas a danos materiais.
- ⇒ Drone DJI Matrice 600 Pro 500,00 €, por sinistro, aplicável apenas a danos materiais.
- ⇒ Drone: DJI Mavic 3: 200,00€, por sinistro, aplicável apenas a danos materiais.

## UTILIZAÇÃO

- Fotografia, filmagem e imagens aéreas, exclusivamente para uso profissional inerente à atividade do Tomador do Seguro, bem como apoio a ações de monitorização, prevenção, vigilância e socorro no âmbito da Proteção Civil, da Polícia Municipal e de outras Entidades diretamente ligadas ao Município.

## PILOTO REMOTO

- Diversos - autorizados pelo Tomador do Seguro, devidamente certificados por Autoridade competente.

## OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS

- É condição de validade que o Tomador do Seguro/Segurado, e/ou Operadores e Pilotos Remotos satisfaçam as obrigações da Legislação em vigor relativamente à utilização do espaço aéreo nacional, nomeadamente requisitos de registos, competências, certificações, condições de operação e autorizações, pelo que não afasta a necessidade de cumprimento de outros regimes jurídicos que sejam aplicáveis.

## EXCLUSÕES

- Exclusão de Riscos de Guerra, Pirataria e Outros Perigos.
- Exclusão de Riscos de Ruído, Poluição e Outros Perigos.
- Exclusão de Contaminação Radioativa.
- Exclusão do Reconhecimento da Data.
- Exclusão de Amianto.

## DATA INICIO

- 01/03/2024

## FORMA DE PAGAMENTO

- ANUAL

## SINISTRALIDADE



- Sem ocorrência de sinistros

## **LOTE II – ACIDENTES PESSOAIS**

### **SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS AUTARCAS – ELEITOS LOCAIS**

#### **TOMADOR DE SGURO**

- **MUNICIPIO DE CASCAIS**

#### **OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO:**

- Deve garantir os acidentes corporais sofridos pelos membros dos órgãos autárquicos do município do Cascais, quando se encontrem no exercício de funções, em qualquer parte do mundo, conforme previsto no n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro, na sua redação atual.

#### **PESSOAS SEGURAS**

- Para efeito deste seguro são consideradas as seguintes Pessoas Seguras:
  - ⇒ Presidente da Câmara Municipal
  - ⇒ Vereadores em regime de permanência, onde se inclui o Vice-Presidente
  - ⇒ Restantes Vereadores
  - ⇒ Membros da Assembleia Municipal, onde se inclui o seu Presidente
  - ⇒ Os membros da Assembleia Municipal participam anualmente em 5 sessões ordinárias, podendo existir sessões extraordinárias de acordo como artigo 28.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.
- Considerando que estamos na presença de um seguro com nomes e que por vezes quando as pessoas seguras estão impossibilitadas de exercer as suas funções, elas são substituídas temporariamente (ex.: em caso de doença), o segurador assume a cobertura de tais substituições / suspensões temporárias, sem existir a necessidade de comunicação das referidas alterações temporárias, por parte do Município, uma vez que a citada situação não aumenta o número de pessoas seguras, i.e., o risco assumido pelo segurador.
- Os vereadores em regime de não permanência integram o executivo municipal, participando, por regra, apenas nas reuniões da Câmara Municipal (em média duas reuniões mensais).
- Pretende-se uma apólice aberta.

## RISCOS A SEGURAR

- Eleitos locais em regime de permanência – Risco Profissional;
- Eleitos locais em regime de não permanência e Membros da Assembleia Municipal – Risco Profissional (quando no exercício das funções ou em representações autárquicas);
- Garantindo-se adicionalmente os seguintes riscos:
  - ⇒ Resultantes de cataclismo da natureza, tais como ventos ciclónicos, terremotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação do raio;
  - ⇒ Consequentes de greves, distúrbios laborais, alteração de ordem pública, atos de terrorismo e sabotagem;
  - ⇒ Resultantes da utilização pelo Tomador do seguro/Pessoa Segura, durante as deslocações, de meios normais de transporte, incluindo veículos motorizados de duas rodas e aeronaves comerciais e particulares.

## CAPITAIS E COBERTURAS

Pessoas Seguras	Morte ou Invalidez Permanente	Incapacidade Temporária (*)	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas Funeral
Presidente	250.000,00 €	130,00 €/dia	25.000,00 €	5.000,00 €
Vereadores em regime de permanência	200.000,00 €	105,00 €/dia	20.000,00 €	5.000,00 €
Vereadores em regime de não permanência	200.000,00 €	105,00 €/dia	20.000,00 €	5.000,00 €
Membros da Assembleia	150.000,00 €	105,00 €/dia	20.000,00 €	5.000,00 €

\*) A cobertura de Incapacidade Temporária só se aplica a quem tem profissão remunerada. O valor da indemnização diária corresponde à efetiva perda salarial do sinistrado.

(\*\*) Não existe no quadro legal vigente qualquer disposição normativa que defina a carga horária de um vereador em regime de tempo inteiro, o que de igual modo se aplica quanto às horas de ocupação mensal de um vereador em regime de meio tempo/" tempo parcial".

## OUTRAS COBERTURAS E CAPITAIS SEGUROS

<b>Presidente, Vice-Presidente, Vereadores em Regime de Permanência e Restantes Vereadores</b>	
Cobertura Garantida	Capital Seguro
Subsídio Diário por Hospitalização (Acidente):	50,00 €/Dia
Busca e Salvamento	15.000 €
Paraplegias	25.000 €
Tetraplegia	50.000 €
<b>Membros da Assembleia</b>	
Cobertura Garantida	Capital Seguro
Subsídio Diário por Hospitalização (Acidente):	25,00 €/Dia
Busca e Salvamento	15.000 €

## CONDIÇÕES ESPECIAIS

- Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:
  - ⇒ Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
  - ⇒ Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
  - ⇒ As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;
  - ⇒ Estomatologia;
  - ⇒ Os acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos.

## FRANQUIA

- Sem Franquia.

## DATA INICIO

- 01/03/2024

## FORMA DE PAGAMENTO:

- Anual

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato deve ser prestada diretamente pela seguradora, como se do ramo Acidente Trabalho se tratasse, até ao limite do capital seguro, através de clínicas/consultórios, no concelho de Cascais ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros

alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho ou concelhos limítrofes.

- Não foi efetuada qualquer participação ao abrigo da apólice indicada no número anterior.

## **RAMO ACIDENTES PESSOAIS BOMBEIROS**

### **TOMADOR DE SEGURO**

- **MUNICIPIO DE CASCAIS**

### **PESSOAS A SEGURAR**

- O Seguro de Acidentes Pessoais dos Bombeiros corresponde á concretização do direito estabelecido no Estatuto Social do Bombeiro que estabelece a cobertura de acidentes ocorridos no exercício da sua missão de acordo com o Decreto-Lei n.º 241/2007 de 21 de junho, na sua redação atual, e demais legislação reguladora da atividade dos corpos de bombeiros.
- São consideradas pessoas seguras nesta apólice, o pessoal pertencente aos quadros de comando, ativo, especialistas, auxiliares, honra e reserva, incluindo infantes e cadetes, bem como os órgãos sociais/direção, conforme Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, na sua atual redação.
- Neste sentido, indicamos o número de pessoas a segurar:

⇒ 1650 Elementos, que integram as Corporações de Bombeiros Voluntários de Cascais, Alcabideche, Estoril, Carcavelos/SDR, Parede (Associação de Beneficência e Socorros Amadeu Duarte), incluindo corpos sociais.

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>Nº ELEMENTOS</b>
Quadro de comando e ativo	650
Quadro honra, infantes, cadetes e reserva	500
Corpos Sociais (Órgãos Executivos)	200
Estagiários, diversas carreiras quadro ativo	300
<b>Total</b>	<b>1650</b>

### **ÂMBITO TERRITORIAL**

- Todo o mundo.

### **COBERTURAS / CAPITAIS POR PESSOA SEGURA**

- Conforme estabelecido na Portaria n.º 123/2014, de 19/6, os capitais mínimos a garantir, por pessoa, na contratação do seguro obrigatório de acidentes pessoais/bombeiros serão os a seguir indicados e compreendendo os seguintes riscos:

- Morte ou invalidez permanente – 250 x a retribuição mínima mensal garantida mais elevada;
- Incapacidade temporária parcial ou total – até 0,15 x a retribuição mínima mensal garantida mais elevada, por dia;
- Despesas de tratamento e medicamentos – até ao montante equivalente a 100x a retribuição mínima mensal garantida mais elevada.
- Os montantes de capital a segurar, por pessoa são:

## **QUADRO ATIVO**

<b>Coberturas Garantidas</b>	<b>Capitais Seguros</b>
Morte (M)	205.000,00 €
Invalidez Permanente (IP)	205.000,00 €
Despesas Tratamento (DT)	82.000,00 €
Incapacidade Temporária (IT)	Até 123,00 € (1)
Morte Sim. Pess. Seg. e Conj.	15.000,00 €
Despesas de Funeral (DF)	5.000,00€
Desp. Oper. Salv. Busca	1.000,00
Subsídio mensal aquando da incapacidade temporária para despesas de primeira necessidade	€ 50,00
Despesas com operações de salvamento, busca, transporte sinistrado	€ 5.000,00
Paraplegia	€ 15.000,00
Tetraplegia	€ 50.000,00
Indemnização por queimadura	Até € 5.000,00
Cicatriz facial ou desfiguração	Até €5.000,00

## **QUADRO NÃO ATIVO**

<b>Coberturas garantidas</b>	<b>Capitais seguros</b>
<b>Morte por acidente</b>	<b>205.000,00 €</b>
<b>Invalidez permanente por acidente</b>	<b>205.000,00 €</b>
<b>Despesas de tratamento por acidentes</b>	<b>82.000,00 €</b>
<b>Subsídio diário por incapacidade temporária por acidente</b>	<b>até 123,00 € (1)</b>
<b>Despesas de Funeral</b>	<b>€2.500,00</b>

- (1) A referida portaria determina que o valor de indemnização relativo ao subsídio diário, em caso de incapacidade temporária absoluta e total que afete uma pessoa segura que seja estudante ou desempregado, deverá ser calculado em função do Salário Mínimo Nacional. Caso a pessoa segura seja reformada e não tenha perda efetiva de remuneração, não haverá lugar ao pagamento de ITA.

## **CONDIÇÕES ESPECIAIS**

- Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir:
- As roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- A implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;
- As lesões corporais, incluindo a morte, que resultem da inalação de fumos, asfixiam, insolação, afogamento e hipotermia.
- Inclusão de pessoas seguras com mais de 70 anos;
- Reconstituição cosmética por acidente causado ao abrigo das condições da apólice.
- Estomatologia

## **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E OUTRAS CONDIÇÕES**

- A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato deve ser prestada diretamente pela seguradora, como se do ramo Acidente Trabalho se tratasse, até ao limite do capital, através de clínicas/consultórios, no concelho de Cascais ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho ou concelhos limítrofes.
- O adjudicatário atualizará automaticamente os capitais seguros sempre que o salário mínimo for alterado;

- Considera-se como data efetiva de inclusão/exclusão de pessoas seguras na apólice a data de admissão/saída na corporação independentemente de qualquer desfasamento temporal entre a admissão/saída da corporação e a comunicação destes factos ao adjudicatário;
- O número e a composição dos Corpos de Bombeiros da entidade adjudicante, poderão ser alteradas durante a vigência do contrato.
- Pretende-se apólices abertas, com nome. As listagens atualizadas serão fornecidas pelo Município de Cascais.
- Pretende-se duas apólices de acordo com o art.º 6º da Portaria n.º 123/2014, de 19/6 em que cada uma das apólices abranja respetivamente:
  - ⇒ Uma apólice para os elementos referidos nas alíneas a) e b) do artº 5º da Portaria, nomeadamente: **QUADRO ATIVO** - Quadro de comando, quadro ativo e estagiários.
    - Quantidade prevista: 950 elementos
  - ⇒ Uma apólice para os elementos referidos nas alíneas c), d) e e) do artº 5º da Portaria, nomeadamente: **QUADRO NÃO ATIVO** - Quadros de reserva e de honra, infantes e cadetes e membros dos órgãos executivos.
    - Quantidade prevista: 700 elementos
- Não foi efetuada qualquer participação ao abrigo da apólice indicada no número anterior.

## FRANQUIA

- Sem franquia.

## DATA INÍCIO

- 01/03/2024

## FORMA DE PAGAMENTO

- Semestral (sem encargos de fracionamento e sem imposto de selo)

## **LOTE III - SEGURO OBRAS ARTE E EXPOSIÇÕES**

### ÂMBITO E OBJETO DO SEGURO

- Pretende-se um seguro para as obras de arte que garanta o valor das obras de arte até ao capital seguro, contra perda ou dano material ocorridos em qualquer parte do mundo, durante o período de seguro, de acordo com os termos e condições mencionados em seguida.

### CAPITAL A SEGUAR

MCCG - Coleção Pinturas	640 090,00 €
MCCG - Coleção Leques	12 655,00 €
MCCG - Coleção Ícones	41 400,00 €
MCCG - Coleção Armas	15 880,00 €
MCCG - Coleção Mobiliário	323 210,00 €
MCCG - Coleção Têxteis	6 450,00 €
MCCG - Coleção Ourivesaria	200 000,00 €
MCCG - Coleção Escultura	63 170,00 €
MCCG - Códice	750 000,00 €
MCCG - Coleção Vidros	10 920,00 €
Diversos	636 225,00 €
<b>Total</b>	<b>2 700 000,00 €</b>

## COBERTURAS

- A cobertura é "ALL RISKS", (Todos os Riscos) incluindo Fenómenos Sísmicos  
Deverá garantir o valor das obras de arte e objetos de valor seguros, contra perda ou dano material. O âmbito da cobertura da apólice incluirá:
  - Danos decorrentes do manuseamento, rasgões entre outros danos acidentais.
  - Cobertura automática para novas aquisições, até 15% do valor da coleção.
  - No caso de perdas parciais, a indemnização do valor do restauro, acrescida de um montante referente à desvalorização financeira da peça restaurada.
  - O valor acrescido de um objeto perdido ou danificado por fazer parte de um par ou conjunto.
  - Cobertura "ALL RISKS", (Todos os Riscos) incluindo Fenómenos Sísmicos;
  - Cobertura "Prego a Prego";
  - Riscos em trânsito e durante a estadia e respetivo regresso, e a viagem entre o local de partida (nacional ou internacional) até às diversas instalações do Município e respetivo regresso;
  - Cobertura de danos acidentais, tais como quebra acidental, manchas, amolgadelas ou rasgões;
  - Cobertura do valor de desvalorização de bens após restauro;
  - Serviços prestados por especialistas em Arte;

## EXCLUSOES

- Perdas ou danos causados pelo desgaste natural, deterioração, uso de materiais impróprios ou defeituosos, ferrugem, oxidação, traças, deformação, encolhimento, putrefação, fungos, bolor ou infestações.



- Falhas ou avarias mecânicas.
- Sinistro a cuja indemnização teria direito outra apólice se esta apólice não existisse.
- Confisco, estrago ou destruição por ordem de qualquer governo ou autoridade pública.
- Contaminação biológica ou química, radiação ou contaminação radioativa, guerra, invasão, rebelião, hostilidades.
- Perda, dano, responsabilidade ou contaminação causados direta ou indiretamente por um ataque terrorista (ou ameaça de ataque).

## **CLÁUSULAS APLICÁVEIS - OBRAS DE ARTE**

- Relatório de verificação: Antes da saída de cada peça para transporte, assim como à chegada ao local de destino, deverá realizar-se um relatório do estado de conservação das peças em causa, sendo este conhecido internacionalmente pela designação de "Condition Report". Este relatório de verificação será solicitado em caso de sinistro.
- Obras ao ar livre: Ficam excluídos da cobertura desta apólice perdas ou danos causados a obras de arte expostas ao ar livre, quando decorrentes de Fenómenos meteorológicos e Atos de Vandalismo.

## **DATA INÍCIO**

- 01/03/2024

## **FRANQUIAS**

- Sem franquia

## **FRACIONAMENTO**

- Anual